



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA - 2ª REGIÃO

CONCURSO PÚBLICO N. 001/2026



PROVA OBJETIVA

ADVOGADO

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome:

Assinatura:

Data:

⚠ ATENÇÃO!

Leia atentamente as instruções constantes na capa do seu caderno de questões.

- ✓ Este **Caderno de Questões** contém 60 questões de múltipla escolha com apenas uma resposta correta.
- ✓ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao FISCAL DE SALA imediatamente. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- ✓ Leia atentamente a questão no caderno, escolha a alternativa que julgar correta e transcreva para o **Cartão de Respostas**.
- ✓ Ao receber o **Cartão de Respostas** você deve:
 - a) conferir seu nome e assinar no espaço reservado com caneta esferográfica azul ou preta;
 - b) ler atentamente as instruções para a marcação das respostas das questões objetivas.
- ✓ Durante a aplicação da prova não será permitido:
 - a) qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;
 - b) qualquer espécie de consulta;
 - c) levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal da sala;
 - d) portar qualquer tipo de aparelhos eletrônicos, bem como qualquer tipo de chapelaria.
- ✓ Não será permitida a substituição do **Cartão de Respostas** por erro do candidato.
- ✓ Para fins de avaliação, serão consideradas apenas as marcações realizadas na folha de resposta, portanto, o candidato(a) não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar ou de qualquer modo, danificar o **Cartão de Respostas**, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade do processamento eletrônico do mesmo.
- ✓ A **Prova Objetiva** e a **Prova Escrita** terão duração de 04h00min no total, incluídos nesse tempo o preenchimento do **Cartão de Respostas** e a **Folha de Respostas Definitivas**.
- ✓ O tempo mínimo de permanência na sala é de 60 (sessenta) minutos.
- ✓ Deverão permanecer na sala os 2 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova para assinarem o lacre e o termo de fechamento.
- ✓ Ao terminar a sua prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o **Cartão de Respostas** e o **Caderno de Questões**, um exemplar do caderno de questões das provas, em branco, será disponibilizado, no *site* do INDEC, durante o prazo recursal do Gabarito Preliminar.
- ✓ Para fins de conferência das respostas assinaladas, o candidato(a) poderá solicitar ao fiscal de sala o rascunho para copiar seu gabarito. Não será permitido fazer qualquer tipo de anotação em outro material.
- ✓ Faça a sua prova em silêncio, para que todos façam também.
- ✓ **Os sanitários poderão ser utilizados somente durante o período de realização de sua prova.**
- ✓ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

CONHECIMENTOS GERAIS

01. Leia o texto e assinale a alternativa correta.

Casos de dengue no Brasil caem 75% em 2026, aponta Ministério da Saúde.

Brasília, 15 de abril de 2026.

O Brasil registrou uma redução de 75% nos casos prováveis de dengue nos primeiros meses de 2026, segundo dados divulgados pelo Ministério da Saúde. De janeiro até 11 de abril deste ano, foram notificados cerca de 227,5 mil casos prováveis da doença em todo o país. No mesmo período de 2025, o número ultrapassava 916 mil registros.

De acordo com o governo federal, a queda está relacionada ao reforço das campanhas de prevenção, ao aumento das ações de combate ao mosquito *Aedes aegypti* e à ampliação do monitoramento epidemiológico nos estados e municípios.

Apesar da redução expressiva, autoridades de saúde alertam que a população deve continuar adotando medidas preventivas, como eliminar recipientes com água parada, utilizar repelentes e permitir a entrada dos agentes de combate às endemias nas residências. Em março de 2026, o país ainda acumulava mais de 148 mil casos prováveis e dezenas de mortes em investigação relacionadas à doença.

Especialistas afirmam que fatores climáticos, como calor intenso e períodos de chuva, continuam favorecendo a proliferação do mosquito transmissor. Por isso, o Ministério da Saúde reforça que o combate à dengue precisa ocorrer durante todo o ano, não apenas nos períodos de epidemia.

Fonte: Ministério da Saúde e Agência Brasil.

A notícia sobre a redução dos casos de dengue no Brasil combina informações estatísticas, posicionamentos institucionais e orientações preventivas. Considerando os efeitos de sentido produzidos no texto, analise as assertivas a seguir.

I. O emprego de dados numéricos e comparativos entre 2025 e 2026 contribui para construir credibilidade e reforçar o caráter informativo da notícia.

II. Ao mencionar que “o combate à dengue precisa ocorrer durante todo o ano”, o texto abandona a neutralidade jornalística e passa a defender exclusivamente a opinião pessoal do autor.

III. A notícia estabelece uma relação de causa e consequência ao associar fatores climáticos, como calor e chuva, ao aumento da proliferação do mosquito transmissor.

Assinale a alternativa correta:

- a.() Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b.() Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- c.() Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d.() Apenas a assertivas II está correta.

02. Analise as assertivas sobre colocação pronominal e assinale a alternativa correta.

I. Na frase “Nunca me avisaram sobre a mudança da reunião”, ocorre próclise devido à presença de palavra atrativa.

II. Em “Entregarei-lhe os documentos amanhã”, a colocação pronominal está inadequada, pois o pronome deveria aparecer antes do verbo.

III. Na frase “Convidaram-me para participar da palestra”, ocorre ênclise, colocação permitida quando o verbo inicia a oração.

- a.() Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b.() Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- c.() Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d.() Apenas a assertivas II está correta.

03. Leia as assertivas sobre as classes de palavras presentes nas frases abaixo.

I. Na frase “Os alunos chegaram cedo porque havia prova”, a palavra **os** é artigo definido e a palavra **porque** exerce função de conjunção.

II. Em “Ela entregou o trabalho para o professor”, a palavra **ela** é pronome e a palavra **para** é preposição.

III. Na frase “A pesquisa revelou dados **importantes** sobre a dengue”, a palavra **importantes** é adjetivo e **pesquisa** pertence à classe dos verbos.

Assinale a alternativa correta:

- a.() Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b.() Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- c.() Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d.() Apenas a assertivas III está correta.

04. Analise as assertivas sobre concordância verbal.

I. Na frase “Faltaram argumentos convincentes durante o debate”, o verbo concorda corretamente com o sujeito “argumentos convincentes”.

II. Em “Havia muitos estudantes na biblioteca”, o verbo deveria estar no plural para concordar com “muitos estudantes”.

III. Na frase “EUA anunciaram novas medidas econômicas”, o verbo está corretamente empregado no plural.

Assinale a alternativa correta:

- a.() Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b.() Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- c.() Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- d.() Apenas a assertiva I está correta.

05. Analise os verbos destacados nas frases abaixo e identifique corretamente sua classificação quanto à regência verbal.

I. “Os alunos **assistiram** à palestra sobre inteligência artificial.”

- II. "A diretora **permaneceu** tranquila durante a reunião."
III. "O pesquisador **analisou** os documentos cuidadosamente."
IV. "Os convidados **chegaram** atrasados ao evento."

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta:

- a.() Verbo transitivo indireto – Verbo de ligação – Verbo transitivo direto – Verbo intransitivo.
b.() Verbo transitivo direto – Verbo de ligação – Verbo transitivo indireto – Verbo intransitivo.
c.() Verbo transitivo indireto – Verbo intransitivo – Verbo transitivo direto – Verbo de ligação.
d.() Verbo de ligação – Verbo transitivo direto – Verbo transitivo indireto – Verbo intransitivo.
06. Um plano de expansão de armazenamento em nuvem prevê a adição mensal de servidores corporativos seguindo um padrão matemático rigoroso de segunda ordem. No primeiro mês, adicionam-se 10 terabytes; no segundo, 14; no terceiro, 20; no quarto, 28, e assim sucessivamente. Assinale a alternativa que apresenta a capacidade em terabytes adicionada no décimo mês dessa progressão.
a.() 108.
b.() 112.
c.() 118.
d.() 130.
07. O estatuto de governança corporativa de uma multinacional estabelece que a variação percentual x do orçamento anual de um departamento deve satisfazer rigorosamente a inequação modular $|2x - 5| \leq 3$. Considerando os limites de austeridade impostos, determine o produto entre a variação percentual mínima e a variação percentual máxima admitidas por essa norma.
a.() 8.
b.() 4.
c.() 5.
d.() 3.
08. Uma plataforma de investimentos permite a personalização de carteiras a partir de um conjunto base de ativos financeiros. Sabe-se que, ao adicionar exatos dois novos ativos a esse conjunto base, o número total de subconjuntos possíveis para a formação de carteiras aumenta em 192. Determine a quantidade original de ativos financeiros presentes no conjunto base antes da adição.
a.() 5.
b.() 7.
c.() 8.
d.() 6.
09. Durante uma auditoria interna, três diretores (Artur, Bruno e Carlos) prestaram depoimentos sobre uma falha no sistema de pagamentos. Artur afirmou: "Bruno é o responsável". Bruno declarou: "Carlos diz a verdade". Carlos garantiu: "Artur está mentando".

Sabendo que exatamente um dos três diretores falou a verdade, assinale a alternativa que indica o único diretor que relatou um fato verdadeiro.

- a.() Artur.
b.() Bruno.
c.() Carlos.
d.() Nenhum deles.

10. Um tribunal precisa formar uma comissão de sindicância composta por 4 auditores e 3 advogados, escolhidos a partir de um quadro disponível de 7 auditores e 5 advogados. Dois desses auditores possuem um conflito de interesses e não podem integrar a mesma comissão simultaneamente. Determine o número total de comissões distintas que podem ser formalmente constituídas respeitando essa restrição.
a.() 150.
b.() 200.
c.() 250.
d.() 350.
11. A Lei nº 6.684/1979, com suas atualizações posteriores, instituiu a regulamentação da profissão de biomédico e disciplinou a estrutura das autarquias de fiscalização. No que tange às competências legais e administrativas atribuídas exclusivamente aos Conselhos Regionais de Biomedicina (CRBM) em suas respectivas jurisdições, cabe a esses órgãos:
a.() Julgar, em grau de último recurso administrativo, as infrações disciplinares cometidas pelos profissionais registrados.
b.() Expedir a carteira de identidade profissional com validade legal equivalente ao documento civil de identidade.
c.() Aprovar as diretrizes curriculares nacionais de caráter obrigatório para os cursos de graduação superior.
d.() Instituir o código de ética profissional e determinar as alterações normativas de abrangência nacional.
12. A Lei Federal nº 6.686/1979 complementou a regulamentação da profissão de biomédico. Quanto à principal prerrogativa técnica e legal assegurada a esse profissional por esta legislação específica, estabelece-se que:
a.() É assegurado o direito de realizar exames de análises clínicas e assumir a respectiva responsabilidade técnica.
b.() Fica autorizado o exercício exclusivo da direção administrativa e técnica em hemocentros regionais.
c.() Fica permitida a prescrição autônoma de medicamentos alopáticos destinados a tratamentos sistêmicos.
d.() É garantida a competência privativa para a emissão de laudos oficiais na área de toxicologia forense.

- 13.** O Decreto n.º 88.439/1983 regulamenta o exercício da profissão de Biomédico e estabelece as balizas para a sua atuação em equipes de saúde. Considerando as normativas aplicáveis às atividades de diagnóstico e tratamento, o texto regulamentar determina que:
- a.() A atuação técnica e assistencial nos serviços de hemoterapia deve ocorrer de maneira administrativa e operacionalmente autônoma.
 - b.() A emissão de laudos diagnósticos definitivos baseados em exames de radiologia convencional constitui competência da categoria.
 - c.() A execução operacional de serviços de radiografia é uma atividade permitida ao profissional, sendo-lhe expressamente excluída a interpretação.
 - d.() A direção clínica e a coordenação integral dos centros hospitalares de radioterapia e medicina nuclear são asseguradas como prerrogativas exclusivas.
- 14.** O texto normativo da Lei n.º 11.000/2004 dispõe sobre as competências e a gestão financeira dos conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas. No que tange à arrecadação de receitas, estruturação de despesas e cobrança de débitos por essas entidades, a legislação estabelece que:
- a.() A fixação das anuidades deve adotar uma tarifa única e padronizada, independentemente do nível de formação acadêmica do inscrito.
 - b.() O montante financeiro arrecadado mediante a aplicação de multas e taxas de serviços deve ser obrigatoriamente repassado à União.
 - c.() O limite máximo para a concessão de diárias, jetons e auxílios de representação é estipulado por decreto do Poder Executivo Federal.
 - d.() A certidão atestando o não pagamento das contribuições anuais dentro do prazo fixado constitui título executivo extrajudicial.
- 15.** No texto normativo da Lei n.º 12.514/2011 disciplina a cobrança de anuidades pelos conselhos profissionais e as providências cabíveis em caso de inadimplência. Com base nas disposições legais sobre as consequências do atraso no pagamento e as medidas de cobrança permitidas, constata-se que:
- a.() O atraso financeiro no pagamento das anuidades acarreta a imediata suspensão do registro e o impedimento legal do exercício profissional.
 - b.() O inadimplemento das anuidades não enseja a suspensão do exercício da profissão, restando autorizada a realização de protesto de dívida ativa.
 - c.() A impossibilidade normativa de execução judicial para dívidas de pequeno valor veda a inclusão do devedor em cadastros de inadimplentes.
 - d.() A existência de débitos pendentes e valores em atraso constitui impedimento objetivo para o cancelamento do registro a pedido do inscrito.
- 16.** O Código de Ética da Profissão de Biomédico (Resolução CFBM nº 330/2020) disciplina rigorosamente os direitos, deveres e as infrações inerentes ao manuseio de dados sensíveis e informações clínicas. No que tange às diretrizes legais sobre a preservação e a quebra do sigilo profissional, assinale a conduta ética correta:
- a.() O profissional convocado para prestar depoimento na condição de testemunha perante autoridade judicial sobre fatos de que tenha conhecimento em razão de seu ofício deverá comparecer ao ato e declarar seu impedimento de revelar o sigilo.
 - b.() A exigência legal de notificação compulsória de agravos à saúde pública afasta integralmente o dever de sigilo, obrigando o profissional a fornecer cópia irrestrita do prontuário do paciente aos agentes da vigilância epidemiológica.
 - c.() O acesso aos laudos de exames laboratoriais por auditores de operadoras de planos de saúde dispensa o consentimento expresso do paciente, fundamentando-se no princípio da transparência contratual do faturamento.
 - d.() O biomédico investido na função pública de perito criminal possui a prerrogativa normativa de utilizar os dados sigilosos colhidos em exames periciais para elaboração de publicações científicas, desde que omita o número do processo.
- 17.** O Código de Processo Ético-Profissional do Sistema CFBM/CRBM estabelece as normas para a condução de denúncias, apuração de infrações e aplicação de penalidades, assegurando o devido processo legal em âmbito administrativo. No que tange à instauração de processos, garantias de defesa e tramitação recursal, assinale a afirmativa técnica correta:
- a.() A penalidade de suspensão cautelar do registro profissional possui autoexecutoriedade, podendo ser aplicada de forma sumária pelo agente fiscalizador no ato da atuação ao constatar risco iminente à saúde pública.
 - b.() A fase preliminar de sindicância reveste-se de caráter punitivo, autorizando a aplicação imediata de advertência ou multa caso o profissional denunciado registre confissão formal durante a oitiva inicial.
 - c.() A decretação da penalidade de cassação do exercício profissional pelo Conselho Regional exige o duplo grau de jurisdição obrigatório, submetendo-se a recurso de ofício ao Conselho Federal de Biomedicina.
 - d.() O trâmite processual admite a decretação de revelia, situação que dispensa a Administração de constituir defensor dativo para o profissional que, devidamente citado, não apresentar sua defesa no prazo legal.

18. A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos inovou o ordenamento jurídico ao instituir a modalidade licitatória denominada Diálogo Competitivo, voltada para o enfrentamento de necessidades que exijam inovação tecnológica ou alta complexidade técnica. No que tange à estruturação desse procedimento e às regras de condução pela Administração Pública, é correto afirmar que:

- a.() Durante a fase de diálogo, a comissão de contratação possui a prerrogativa de negociar diretamente as condições comerciais e financeiras com os licitantes pré-selecionados, visando garantir a vantajosidade econômica antes da elaboração do edital final.
- b.() A condução técnica da modalidade deve ser obrigatoriamente delegada a uma comissão especial formada majoritariamente por consultores externos de notória especialização, assegurando a imparcialidade na escolha da solução.
- c.() O rito é estruturado em duas fases sucessivas, sendo expressamente vedado à Administração revelar aos demais participantes as soluções propostas ou as informações sigilosas comunicadas por um licitante sem o seu consentimento prévio.
- d.() Após a conclusão dos debates e a definição técnica da solução ideal, a Administração publicará edital restrito, convocando exclusivamente o licitante idealizador da referida solução para apresentar a proposta final de preço.

19. A atuação da Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios é regida por princípios constitucionais expressos no caput do artigo 37. Nesse contexto, a observância rigorosa do princípio da impessoalidade determina que:

- a.() A atuação do servidor seja orientada para a satisfação do interesse coletivo, sendo vedada a promoção pessoal mediante a publicidade de atos governamentais.
- b.() A administração otimize a alocação dos recursos públicos para assegurar a máxima produtividade e celeridade na prestação dos serviços essenciais.
- c.() A validade jurídica de todo ato administrativo de efeitos internos fique estritamente condicionada à sua imediata publicação nos veículos de imprensa oficial.
- d.() As decisões discricionárias do gestor fundamentem-se nos valores éticos predominantes, dispensando a vinculação rigorosa aos limites impostos pela legislação.

20. A Lei de Acesso à Informação regula o direito constitucional de obter informações dos órgãos públicos, consolidando a transparência como regra e o sigilo como exceção. Em relação aos procedimentos de classificação, proteção de dados e instâncias recursais aplicáveis à Administração Pública Federal, assinale a alternativa que reflete estritamente o regramento legal:

- a.() O prazo máximo de restrição de acesso à informação classificada no grau secreto é de 15 (quinze) anos, admitindo-se legalmente a prorrogação desse sigilo por uma única vez e igual período, mediante deliberação da Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI).
- b.() No caso de indeferimento fundamentado do pedido de acesso à informação, o requerente dispõe do prazo preclusivo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência da negativa, para interpor recurso administrativo dirigido à autoridade hierarquicamente superior.
- c.() A competência originária dos Ministros de Estado para classificar um documento no grau ultrassecreto pode ser delegada aos ocupantes de cargo em comissão do grupo DAS de nível 101.5, visando à celeridade burocrática, sendo vedada a subdelegação.
- d.() As informações pessoais relativas à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem terão seu acesso restrito pelo prazo máximo de 100 anos contados da sua data de produção, independentemente de estarem submetidas à classificação de sigilo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Quanto à classificação das Constituições, aquela que pode ser modificada pelo mesmo processo legislativo das normas infraconstitucionais é denominada:

- a.() flexível.
- b.() rígida.
- c.() semirrígida.
- d.() costumeira.

22. Quanto ao conceito de Constituição em sentido material, assinale a alternativa correta:

- a.() refere-se exclusivamente ao documento escrito e solene que concentra formalmente as normas fundamentais do Estado.
- b.() corresponde ao conjunto de todas as normas jurídicas vigentes no ordenamento, independentemente de seu conteúdo.
- c.() designa o processo histórico de elaboração e promulgação do texto constitucional por uma Assembleia Constituinte.
- d.() refere-se ao conjunto de normas que tratam da estrutura do Estado, organização dos poderes e direitos fundamentais, independentemente de estarem positivadas em documento escrito.

23. Acerca dos elementos das Constituições, os dispositivos que estabelecem os direitos e garantias fundamentais dos cidadãos são classificados pela doutrina como elementos:

- a.() limitativos.
- b.() orgânicos.
- c.() socioideológicos.
- d.() de estabilização constitucional.

24. O artigo 5º, inciso XIII, da Constituição Federal estabelece que é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer. Segundo a classificação doutrinária clássica de José Afonso da Silva, amplamente adotada pela jurisprudência do STF, essa norma possui aplicabilidade:
- Plena e eficácia imediata.
 - Limitada e eficácia diferida.
 - Contida e eficácia redutível.
 - Programática e eficácia indireta.
25. De acordo com as disposições gerais sobre os atos processuais contidas no Código de Processo Civil (CPC/2015), na contagem de prazo computar-se-ão exclusivamente os dias úteis. Nos casos em que o ato deva ser praticado por meio de peticionamento em autos eletrônicos, os prazos consideram-se cumpridos se a transmissão for efetuada, no próprio dia do vencimento, até às:
- 18 horas.
 - 20 horas.
 - 22 horas.
 - 24 horas.
26. Um advogado pleiteia em juízo uma tutela provisória de urgência de natureza cautelar em caráter antecedente, demonstrando o perigo de dano e o risco ao resultado útil do processo. Nos termos do artigo 308 do CPC/2015, efetivada a tutela cautelar pelo juiz, o autor da ação principal deverá formular o pedido principal nos mesmos autos, sob pena de cessação da eficácia da medida, no prazo legal de:
- 15 dias.
 - 30 dias.
 - 45 dias.
 - 60 dias.
27. Uma empresa celebra Acordo Coletivo de Trabalho com o sindicato da categoria profissional para dispor sobre a jornada de trabalho e o intervalo intrajornada. Paralelamente, vigora uma Convenção Coletiva de Trabalho com previsões diversas sobre a mesma matéria. Diante do conflito de leis no espaço e no tempo, e considerando as regras expressas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) sobre a hierarquia das fontes autônomas, as condições estabelecidas no Acordo Coletivo:
- Prevalecerão sempre sobre as estipulações da Convenção Coletiva.
 - Cederão espaço à Convenção Coletiva se esta for mais benéfica.
 - Serão anuladas por vício de hierarquia normativa formal originária.
 - Dependerão de homologação judicial para surtirem efeitos práticos.
28. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a constitucionalidade de emendas à Constituição que alteram o equilíbrio entre os Poderes da República, consolidou o entendimento de que o princípio da separação de poderes (Art. 2º da CRFB) funciona como cláusula pétrea.
- De acordo com a jurisprudência da Corte, a violação a esse princípio ocorre quando a inovação normativa enseja o(a):
- Cooperação técnica voluntária entre órgãos de Poderes distintos.
 - Absorção de competência nuclear que esvazie a função típica de outro Poder.
 - Delegação legislativa expressamente autorizada pelo texto constitucional original.
 - Exercício extraordinário de funções atípicas expressas na Carta Magna.
29. A garantia constitucional do remédio jurídico do Mandado de Segurança Coletivo (Art. 5º, LXX, da CRFB) possui contornos processuais específicos definidos pelo STF. No que tange à legitimação ativa das organizações sindicais e associações para a impetração desse remédio, a jurisprudência sumulada da Suprema Corte estabelece que:
- É necessária a autorização expressa e nominal de cada um dos associados.
 - A legitimação independe da autorização dos associados e da pertinência temática.
 - Exige-se comprovação de que a associação foi constituída há mais de cinco anos.
 - O sindicato prescinde de autorização dos filiados para a defesa de direitos da categoria.
30. O Supremo Tribunal Federal firmou tese de repercussão geral a respeito do cabimento do Mandado de Injunção. Nos casos em que a ausência de norma regulamentadora inviabilize o exercício de direitos e liberdades constitucionais, a decisão que reconhece a mora legislativa e estabelece as condições em que o direito será exercido reflete a adoção, pela Corte, da teoria:
- Não concretista.
 - Concretista direta e geral.
 - Concretista intermediária.
 - Concretista individual individualizadora.
31. No julgamento de ações relativas à implementação de políticas públicas de direitos sociais (Art. 6º da CRFB), o Poder Judiciário aplica a teoria da proibição do retrocesso social. De acordo com a jurisprudência consolidada do STF, o Estado pode promover a alteração ou supressão de uma política social consolidada desde que:
- Demonstre a insuficiência absoluta de recursos (reserva do possível).
 - O chefe do Poder Executivo edite medida provisória justificando a urgência.
 - Implemente medidas compensatórias equivalentes que preservem o núcleo essencial.
 - Haja autorização prévia por meio de emenda constitucional de iniciativa popular.

- 32.** Um Estado-membro da Federação edita lei estadual que dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de dispositivos de segurança e bloqueadores de sinal de celular em agências bancárias privadas localizadas em seu território. À luz da repartição constitucional de competências e da jurisprudência firmada pelo STF, essa lei é:
- a.() Inconstitucional por invadir a competência privativa da União sobre o sistema financeiro.
 - b.() Constitucional por se tratar de matéria de interesse local e segurança pública.
 - c.() Inconstitucional por violar a competência concorrente dos Municípios sobre zoneamento urbano.
 - d.() Constitucional por versar sobre direito comercial e proteção do consumidor.
- 33.** Um cidadão formula requerimento administrativo perante o Ministério da Previdência Social para obter certidão descritiva contendo os dados de seus recolhimentos previdenciários históricos constantes de banco de dados governamental de caráter público. Transcorrido o prazo legal sem qualquer resposta da Administração Pública, configurando o indeferimento tácito do pedido de acesso, o advogado deverá impetrar, para obter judicialmente essas informações de caráter pessoal do próprio requerente, o seguinte instrumento:
- a.() Habeas Data.
 - b.() Mandado de Injunção.
 - c.() Ação Civil Pública.
 - d.() Mandado de Segurança.
- 34.** Um Estado-membro da Federação edita lei complementar criando uma Região Metropolitana e, no mesmo ato normativo, institui um conselho deliberativo composto majoritariamente por representantes do governo estadual para gerenciar de forma compulsória o serviço de saneamento básico e transporte intermunicipal dos Municípios integrantes. Um dos Municípios afetados aciona seu corpo jurídico sob a alegação de violação à sua autonomia local. À luz do entendimento consolidado do STF sobre a autonomia municipal em regiões metropolitanas, a instituição de governança interfederativa para funções públicas de interesse comum é:
- a.() Inconstitucional, pois o saneamento básico é competência exclusiva e isolada do Município.
 - b.() Constitucional, desde que a participação do Estado não zere o poder de veto dos Municípios.
 - c.() Inconstitucional por outorgar ao Estado o poder de decisão unilateral sobre o interesse local.
 - d.() Constitucional, sendo lícita a transferência integral do poder decisório ao chefe do Executivo estadual.
- 35.** Determinado Município edita lei que prevê a incorporação automática de vantagens pecuniárias decorrentes do exercício de cargos em comissão ou funções de confiança (estabilidade financeira) aos vencimentos do servidor público efetivo que os tenha desempenhado por mais de cinco anos.
- O Prefeito do Município vizinho consulta seu parecerista jurídico sobre a viabilidade de replicar a norma. Considerando a jurisprudência vinculante do STF sobre o regime de remuneração dos servidores públicos, o direito adquirido à estabilidade financeira ou a regime jurídico de composição de vencimentos é:
- a.() Inexistente, sendo inconstitucional a incorporação de vantagens de cargos em comissão.
 - b.() Admissível, desde que respeitado o teto remuneratório do Poder Legislativo municipal.
 - c.() Inexistente, vedada a redução de vencimentos mas permitida a supressão de vantagens.
 - d.() Admissível, por se tratar de matéria de iniciativa do chefe do Poder Executivo.
- 36.** O Governador de um Estado edita decreto autônomo regulamentando matéria reservada por lei a cargo da Assembleia Legislativa. Diante da invasão de sua esfera de atuação regulamentar e legislativa primária, o Poder Legislativo estadual aprova um projeto de decreto legislativo para sustar os efeitos do ato normativo do Poder Executivo que exorbitou do poder regulamentar. Conforme as regras de simetria constitucional com o modelo federal, esse mecanismo de controle político e técnico exercido pelo Legislativo é de natureza:
- a.() Preventiva e exige sanção posterior do Governador.
 - b.() Repressiva e independe de sanção ou veto do Governador.
 - c.() Preventiva e acarreta a perda imediata do cargo do Governador.
 - d.() Repressiva e necessita de homologação pelo Tribunal de Justiça.
- 37.** No âmbito das garantias constitucionais conferidas aos membros do Congresso Nacional (deputados federais e senadores), a prerrogativa que assegura a inviolabilidade civil e penal por suas opiniões, palavras e votos no exercício da função parlamentar constitui a denominada imunidade:
- a.() Formal processual.
 - b.() Prisional recíproca.
 - c.() Material (ou absoluta).
 - d.() Temporal qualificada.
- 38.** O Presidente da República, diante de uma situação de relevância e urgência, decide editar uma Medida Provisória (MP) dispondo sobre a regulamentação do direito de greve dos servidores públicos civis. Um partido político com representação no Congresso Nacional aciona seu corpo de advogados para impugnar o ato normativo. À luz das vedações constitucionais expressas ao uso de medidas provisórias, a edição da referida MP é:
- a.() Constitucional, pois a matéria envolve a organização administrativa do Poder Executivo.

- b.() Inconstitucional, sendo vedada a edição de MP sobre matéria reservada a lei complementar.
- c.() Constitucional, desde que o Congresso Nacional homologue o texto em até trinta dias.
- d.() Inconstitucional, por versar sobre direito penal e processual penal militar.
- 39.** A Constituição Federal estabelece garantias institucionais e funcionais para assegurar a independência e a imparcialidade dos membros do Poder Judiciário. A garantia funcional que veda a perda do cargo pelo magistrado, vitalício após dois anos de exercício, salvo por sentença judicial transitada em julgado, é o princípio da:
- a.() Inamovibilidade.
- b.() Irredutibilidade de subsídio.
- c.() Vitaliciedade.
- d.() Imunidade jurisdicional.
- 40.** A Constituição Federal, ao estruturar as Funções Essenciais à Justiça, elenca órgãos indispensáveis à administração da jurisdição estatal. O órgão incumbido da orientação jurídica, da promoção dos direitos humanos e da defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos dos necessitados, de forma integral e gratuita, é a:
- a.() Defensoria Pública.
- b.() Advocacia Geral da União.
- c.() Procuradoria Geral do Estado.
- d.() Controladoria Geral da União.
- 41.** O Procurador-Geral de um Estado-membro da Federação emite parecer técnico atestando a viabilidade de os Procuradores do Estado perceberem honorários advocatícios de sucumbência decorrentes de suas atuações nas causas em que o ente público saia vencedor. Uma associação contesta o pagamento sob o argumento de violação ao regime de subsídio. De acordo com a jurisprudência sumulada e consolidada do STF, o recebimento de honorários sucumbenciais por advogados públicos é:
- a.() Inconstitucional, por violar a exclusividade do teto remuneratório fixado em subsídio.
- b.() Constitucional, desde que o valor somado à remuneração não exceda o teto do Governador.
- c.() Inconstitucional, por configurar vantagem pecuniária restrita à advocacia privada.
- d.() Constitucional, desde que o somatório total respeite o teto dos Ministros do STF.
- 42.** O Prefeito de um Município edita decreto regulamentar que proíbe a circulação de veículos de entrega de mercadorias em vias urbanas centrais durante o horário comercial. Uma confederação sindical patronal de transportes entende que o ato normativo viola o preceito fundamental da livre iniciativa e da competência privativa da União para legislar sobre trânsito. Considerando a ausência de outra via judicial de controle abstrato eficaz no âmbito municipal, o instrumento cabível perante o STF é a:
- a.() Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).
- b.() Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC).
- c.() Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI).
- d.() Reclamação Constitucional genérica.
- 43.** No âmbito do Direito Administrativo, quando o Estado opta por retirar uma atribuição do centro da sua competência e transferi-la para uma nova pessoa jurídica, seja por meio de outorga legal ou por delegação contratual, ocorre o fenômeno técnico da:
- a.() Desconcentração. c.() Concentração.
- b.() Descentralização. d.() Avocação originária.
- 44.** O Governador de um Estado edita uma lei autorizativa para a criação de uma entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio e capital exclusivamente público, sob a forma de sociedade por ações, com o objetivo de explorar uma atividade econômica de relevante interesse coletivo. Essa entidade se qualifica tecnicamente como uma:
- a.() Autarquia territorial.
- b.() Empresa pública.
- c.() Sociedade de economia mista.
- d.() Fundação pública de direito público.
- 45.** A Secretaria de Saúde de um Município, visando otimizar a prestação de serviços assistenciais à população, decide criar três novas coordenadorias regionais de saúde em bairros distintos, distribuindo as competências internas de fiscalização entre os novos órgãos, que permanecem subordinados hierarquicamente ao Secretário. Essa distribuição interna de competências configura uma:
- a.() Desconcentração.
- b.() Descentralização por serviços.
- c.() Descentralização territorial.
- d.() Centralização qualificada.
- 46.** Um fiscal de posturas municipais aplica uma multa de trânsito a um cidadão e determina a apreensão imediata de mercadorias comercializadas ilegalmente em via pública, executando a medida diretamente sem necessidade de prévia autorização judicial. O atributo do ato administrativo que confere à Administração Pública a prerrogativa de compelir materialmente o administrado ao cumprimento da obrigação, inclusive mediante o uso da força pública, é a:
- a.() Presunção de legitimidade.
- b.() Imperatividade.
- c.() Autoexecutoriedade.
- d.() Tipicidade formal.

47. A Administração Pública constata que uma licença para construir foi concedida a um particular com base em manifesto erro de cálculo da taxa de ocupação do solo, violando diretamente o plano diretor do Município. Diante de um ato eivado de vício de legalidade originário, o poder-dever da Administração de retirar o ato do ordenamento jurídico, gerando efeitos retroativos (*ex tunc*), configura a:
- Revogação por conveniência.
 - Anulação (ou invalidação).
 - Cassação por inadimplemento.
 - Caducidade por nova legislação.
48. Uma autoridade administrativa edita um ato de remoção de servidor público, contudo, constata-se posteriormente que o ato padecia de vício sanável relativo à competência, visto que a matéria não era de exclusividade do agente e a lei permitia a delegação. Visando preservar os efeitos já produzidos e regularizar o ato com efeitos retroativos à data de sua edição, a Administração deve proceder à:
- Convalidação.
 - Ratificação judicial.
 - Reforma extintiva.
 - Conversão material.
49. O princípio implícito (reconhecido como geral e supraconstitucional) que impõe limites à atuação discricionária da Administração Pública, determinando a adequação entre os meios empregados e os fins públicos que se deseja alcançar, de modo a evitar imposições de obrigações ou sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias, é o princípio da:
- Autotutela jurídica.
 - Proporcionalidade.
 - Supremacia do interesse.
 - Continuidade do serviço.
50. Um advogado interpõe recurso administrativo contra uma decisão sancionatória proferida por uma agência reguladora federal. Nos termos do artigo 59 da Lei nº 9.784/1999, salvo disposição legal em contrário, o prazo regulamentar para a interposição de recurso administrativo, contado a partir da data da intimação oficial do ato, é de:
- 05 dias.
 - 10 dias.
 - 15 dias.
 - 30 dias.
51. Durante a fase de instrução de um processo administrativo federal instaurado para apurar infração contratual, a autoridade processante constata que os fatos alegados pelo administrado dependem de conhecimentos técnicos específicos. De acordo com os preceitos da Lei nº 9.784/1999, o ônus da prova das alegações e a responsabilidade pela produção dos elementos necessários à instrução cabem:
- Perito judicial obrigatoriamente nomeado.
 - Exclusivamente à autoridade administrativa.
 - Ao interessado que formulou as alegações.
 - Ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.
52. Uma autarquia pública estadual necessita contratar o desenvolvimento de uma solução tecnológica inovadora e complexa, cujas especificações técnicas não podem ser definidas objetivamente pelo órgão com base nas opções disponíveis no mercado. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a modalidade de licitação obrigatória criada especificamente para situações que envolvam inovação tecnológica, impossibilidade de definição técnica do objeto ou necessidade de adaptação de soluções disponíveis é o:
- Pregão eletrônico especial.
 - Diálogo competitivo.
 - Concurso por melhor técnica.
 - Sistema de registro de preços.
53. A Administração Pública de um Município decide contratar diretamente, sem licitação, um renomado escritório de advocacia para atuar em uma causa tributária de altíssima complexidade e valor econômico perante os Tribunais Superiores. Com base nas regras expressas da Lei nº 14.133/2021 para a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, essa contratação direta configura hipótese de:
- Dispensa por limite de valor.
 - Dispensa por emergência fabricada.
 - Inexigibilidade por exclusividade de fornecedor.
 - Inexigibilidade por inviabilidade de competição.
54. Durante a execução de um contrato administrativo de obra pública sob o regime da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública constata a necessidade de realizar alterações qualitativas no projeto de engenharia para garantir a adequação técnica do objeto, modificando as especificações originais. Diante dessa situação, o limite percentual máximo imposto por lei para os acréscimos unilaterais determinados pela Administração é de:
- 10% do valor inicial atualizado.
 - 25% do valor inicial atualizado.
 - 50% do valor inicial atualizado.
 - 100% do valor inicial atualizado.
55. De acordo com o artigo 2º da LINDB, não se destinando a norma jurídica a vigência temporária, ela terá vigor até que outra a modifique ou a revogue. Nos casos em que uma nova lei revoga expressamente a lei revogadora anterior, o fenômeno do retorno automático da vigência da primeira lei, denominado repriminção, no ordenamento jurídico brasileiro:

- a.() Ocorre de forma automática e imediata.
- b.() É vedado de forma absoluta e irrevogável.
- c.() Depende de prévia homologação pelo STF.
- d.() É admitido apenas se houver disposição expressa.

56. Um jovem de 16 anos completos, devidamente autorizado por seus pais, celebra contrato de trabalho e, com a economia de seu próprio salário, passa a prover integralmente o seu sustento e a pagar suas despesas pessoais, adquirindo economia própria. Diante dessa situação fática, a emancipação do menor opera-se por via:

- a.() Voluntária e exige escritura pública.
- b.() Judicial e necessita de sentença de juiz.
- c.() Legal e decorre do fato da independência financeira.
- d.() Administrativa por meio do Ministério do Trabalho.

57. O Código Civil estabelece regras para fixar o domicílio da pessoa natural. Nos casos específicos em que o indivíduo não possua residência habitual ou mude constantemente de localidade devido ao exercício de sua profissão de vendedor ambulante, o seu domicílio legal será considerado o:

- a.() Lugar onde for encontrado.
- b.() Local de nascimento constante no registro.
- c.() Município onde possuir contas bancárias.
- d.() Domicílio civil de seus pais biológicos.

58. Um motorista de uma autarquia pública municipal, conduzindo uma ambulância oficial durante o expediente, ultrapassa o sinal vermelho e colide com o veículo de um particular, causando danos materiais e estéticos. À luz do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal e da teoria adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro para atos comissivos estatais, a responsabilidade civil do Estado é:

- a.() Objetiva, baseada na teoria do risco administrativo.
- b.() Objetiva, baseada na teoria do risco integral.
- c.() Subjetiva, baseada na teoria do dolo ou culpa do agente.
- d.() Subjetiva, baseada na teoria da culpa anônima ou falta do serviço.

59. Durante uma forte chuva, o veículo de um cidadão é esmagado pela queda de uma árvore fraturada em via pública, cuja urgência de poda já havia sido notificada formalmente ao Município há meses, sem qualquer providência. Tratando-se de uma conduta omissiva do poder público (omissão genérica/específica), a jurisprudência consolidada do STF e do STJ estabelece que a responsabilidade civil do Estado, nesse caso, é:

- a.() Objetiva, dispensando a comprovação de nexo de causalidade.
- b.() Subjetiva, exigindo a demonstração da culpa do serviço (faute du service).
- c.() Objetiva, bastando a demonstração do fato e do dano material.
- d.() Inexistente, por configurar hipótese de força maior pura.

60. O Estado é acionado judicialmente em razão de um acidente de trânsito envolvendo uma viatura da polícia militar. No decorrer da instrução processual, a Procuradoria do Estado comprova cabalmente que o condutor particular envolvido avançou a preferencial em alta velocidade, sendo o único responsável pelo evento danoso (culpa exclusiva da vítima).

O reflexo dessa comprovação sobre a responsabilidade do Estado é a:

- a.() Redução do valor da indenização pela metade (atenuante).
- b.() Manutenção do dever de indenizar, garantido o direito de regresso integral.
- c.() Exclusão total do nexo de causalidade e do dever de indenizar.
- d.() Conversão da responsabilidade objetiva em responsabilidade penal do agente.